

INDÚSTRIA

"Movimento de recuperação" na indústria

*André Luís Forti Scherer**

Desempenho da indústria no Brasil

No primeiro quadrimestre do ano, a produção industrial brasileira passou por duas fases distintas: o auge da recessão nos primeiros dois meses e o início de um movimento de recuperação no bimestre seguinte.

A recessão, iniciada com o primeiro Plano Collor e aprofundada no segundo semestre de 1990, atingiu seu pico no mês de fevereiro de 1991. A produção industrial caiu 4,8% em relação a janeiro, apresentando o pior desempenho desde abril de 1990, como aponta o índice dessazonalizado de base fixa do IBGE. Os efeitos dessa baixa produção se fizeram sentir sobre o nível de emprego, que, na indústria paulista, caiu 5,54% nesse bimestre, segundo a FIESP, com 101.518 postos de trabalho perdidos.

Nos meses de janeiro e fevereiro, os ramos industriais responsáveis pelo decréscimo do nível de produção da indústria em geral foram a petroquímica; autoveículos; e vestuário, calçados e artefatos de tecido, que já vinham apresentando uma queda desde os últimos meses do ano passado. Nos dois primeiros meses de 1991, as taxas de crescimento da indústria petroquímica foram de -8,89 e -3,57%; da indústria de autoveículos foram de -8,65 e -22,17%; e da indústria do vestuário, calçados e artefatos de tecido, de -9,08 e -1,46%. Nesse período, as produções das indústrias química e de material elétrico e de comunicações também decresceram. A indústria de produtos alimentares manteve sua produção praticamente constante,

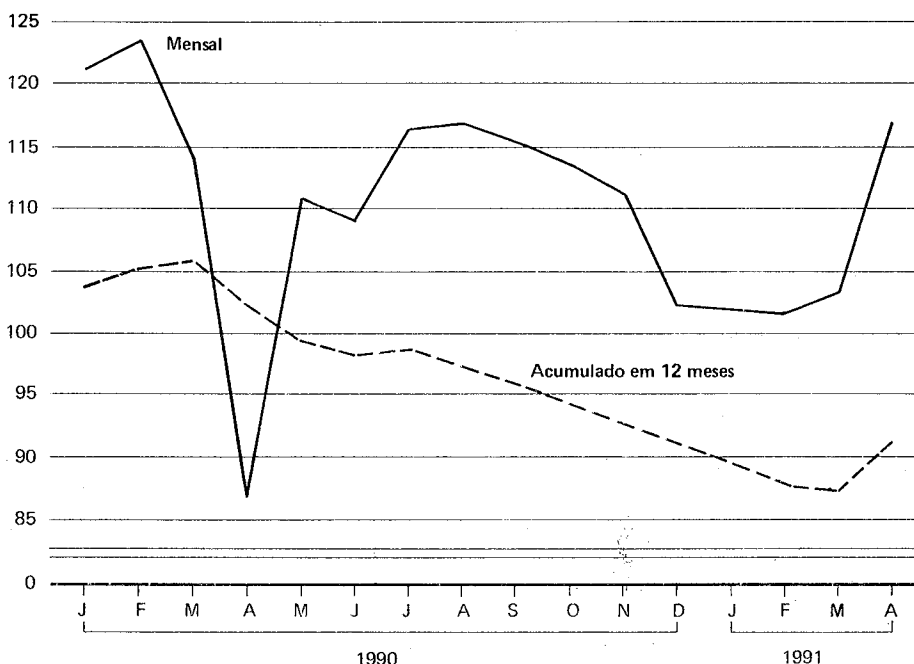
* Economista da FEE.

enquanto a de papel e papelão contrariou a tendência generalizada e cresceu a partir de janeiro.

A partir de março, a produção industrial começou a reagir, ainda com certa timidez, modificando seu comportamento em relação ao declínio do primeiro bimestre, conforme pode ser visto no Gráfico 1, que mostra a produção mensal e o índice acumulado de 12 meses para 1990 e 1991.

GRÁFICO 1

ÍNDICE DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA MENSAL E ACUMULADO EM 12 MESES -- JAN/90-ABR/91



FONTE: IBGE.

NOTA: O índice mensal tem como base a média do ano de 1981=100.

Em relação a fevereiro, tem-se em março um aumento de 1,65% no indicador mensal, enquanto o acumulado apresenta certa estabilidade, com um crescimento ainda negativo de 0,65%. Já em abril, há a confirmação da reversão da tendência fortemente recessiva do início do ano, com a comparação com março mostrando um crescimento de 13,42% no indicador mensal e de 4,32% no acumulado de 12 meses. Esse crescimento, no entanto, foi insuficiente para igualar, nos meses de maio de 1990 e abril de 1991, a produção à do ano anterior, existindo ainda uma queda de 9% nessa comparação.

Quase todos os gêneros industriais tiveram um melhor desempenho em abril, quando comparados a março. A exceção ficou com o gênero material de transporte, que registrou queda devido às greves ocorridas na indústria automobilística, em São Paulo. Os mais expressivos aumentos de produção ficaram por conta do setor petroquímico, que atingiu seu nível mais baixo em março, mas recuperou-se em abril, crescendo 75%, e do setor metalúrgico, que cresceu 16,22%. Também tiveram boa "performance" os gêneros material elétrico e de comunicações; papel e papelão; borracha; e fumo. Grande parte do bom desempenho do gênero papel e papelão é reflexo do aumento da demanda por embalagens.

A análise da produção industrial por categorias de uso também mostra uma queda na produção dos bens intermediários e de capital em relação a fevereiro, enquanto a produção de bens de consumo se elevou, provavelmente como uma resposta ao congelamento do Plano Collor II. Em abril, todas as categorias experimentaram uma recuperação em relação a março, inclusive bens de capital, que começou a se preparar para a demanda que a regulamentação dos incentivos governamentais poderá trazer ao setor. Essa categoria, que não apresentava resultado positivo na comparação mensal desde agosto de 1990, cresceu 14,11% em abril (índice já dessazonalizado). A produção de bens de consumo não duráveis aumentou 13,08%, atingindo o patamar mais alto dos anos de 1990 e 1991.

Após a apresentação desses resultados, cabe tentar identificar as causas da recuperação ocorrida a partir de março, bem como sua dimensão e seus limites.

Vários fatores foram apontados como causa desse movimento de recuperação da produção industrial: aumento na demanda, causado pelo congelamento de preços; reposição de estoques do comércio e indústria, numa ação preventiva ante a possibilidade de descongelamento; expectativa de

aquecimento da demanda no segundo semestre, face à liberação dos cruzados retidos; aumento nas exportações de produtos industrializados; e a reposição salarial em muitas empresas (GM, 7.6.91, p.10).

Os aspectos mais relevantes estão ligados ao congelamento de preços e ao crescimento do salário real. O congelamento de preços sempre traz a perspectiva de maiores vendas no comércio e, conseqüentemente, de maiores encomendas para a indústria. Neste ano, o baixo nível de estoques incentivou uma maior produção. Após o primeiro momento, a demanda aumenta com a expectativa de descongelamento e ocorre uma "corrida" para comprar com o preço congelado. Evidentemente, essa recuperação foi proporcional ao baixo nível de demanda existente anteriormente. Em relação aos salários, o aumento causado pelo abono governamental e pelas antecipações das reposições salariais, embora pequeno para compensar as perdas, é sempre um estímulo às compras, postergadas ao longo do último ano. Esses fatores atuaram no sentido de dar algum fôlego ao setor de bens de consumo, o que mais cresceu em março e abril.

Apesar da recuperação na produção da maioria dos gêneros industriais nos meses de março e abril, os índices acumulados de janeiro a abril e de 12 meses continuam apresentando resultados negativos, 5 e 9% respectivamente. Assim, esse movimento de recuperação não deve ser confundido com retomada do crescimento na indústria. Essa depende de sucessivos meses de crescimento da produção, com uma redução sensível no nível de capacidade ociosa, fato que se constitui em estímulo necessário (mas não suficiente) para novos investimentos. Entretanto um possível crescimento da inflação poderá retrair novamente a demanda e o salário real, dificultando a transformação da recuperação em retomada.

Política industrial

Até sair do Governo, em maio, a Ministra Zélia havia deixado um conjunto de propostas para um projeto de política industrial, baseadas na abertura da economia ao Exterior, no incentivo à pesquisa tecnológica e na aquisição de equipamentos, objetivando a competitividade internacional e o incremento das exportações. Dessas indicações, apenas a alteração das tarifas alfandegárias e a isenção da

alíquota do Imposto sobre Importação de diversos produtos foram implementadas, estando as demais proposições esperando regulamentação.

Exatamente por esse estado ainda preliminar da política industrial proposta, a chegada de Marcílio Marques Moreira ao Ministério da Economia trouxe uma indefinição quanto ao rumo que seria dado à questão, com um aprofundamento das propostas existentes ou a criação de uma nova política e o abandono do caminho seguido até então. Essa questão ainda não foi claramente respondida. Além disso, resta também a indefinição quanto às diretrizes que a nova equipe econômica adotará para fazer frente ao problema da inflação. Uma política antiinflacionária muito austera pode inviabilizar a efetiva implementação de qualquer política industrial, pois a restrição ao crédito e a falta de perspectiva com a recessão podem dificultar as decisões para investir e o planejamento de longo prazo.

Algumas medidas propostas anteriormente foram adotadas pela nova equipe, com algumas "nuances". Como caminho para administrar o descongelamento de preços, o Governo decidiu pela manutenção das câmaras setoriais, mas sobrepôs à discussão a respeito de preços a questão da competitividade industrial. Em princípio, são questões afins, podendo ser debatidas no mesmo foro. Na prática, entretanto, a tendência é a discussão com relação aos aumentos de preços sobrepujar o debate sobre competitividade, tendo em vista que a situação da maioria dos setores não é boa devido à recessão e que a questão dos preços é premente, enquanto a modernização e a inovação tecnológicas só terão resultado a médio e longo prazos. Em certo sentido, são questões até antagônicas, na medida em que os aumentos de preços algumas vezes dão suporte à baixa competitividade.

Também foi regulamentada a isenção do IPI e a depreciação acelerada para máquinas e equipamentos proposta no Programa de Competitividade Industrial, através da Lei nº 8.191, de 11 de junho de 1991. No dia 25 de junho, foi publicada a lista dos 900 tipos de equipamentos beneficiados pela medida. Está prevista uma redução no custo desses produtos da ordem de 15 a 20%. A produção das empresas do setor de bens de capital aumentou com a formação de estoques, embora as vendas no período tenham paralisado, esperando as novas condições para a aquisição desses bens. Em 13 de junho, a Câmara dos Deputados aprovou projeto que recriou os incentivos fiscais setoriais, o que se choca com a filosofia empregada até aqui. A beneficiada foi a

indústria naval, com a isenção do FINSOCIAL sobre produtos exportados, do IPI e do Imposto sobre Importação (GM, 14.6.91, p.8).

Além disso, foi definido o Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), cuja entrada em operação está prevista para julho. O Governo admite, entretanto, que para este ano os recursos serão inferiores à demanda de US\$ 800 milhões, estando prevista a liberação de US\$ 200 milhões oriundos do extinto Fundo de Financiamento das Exportações (FINEX). A lista dos produtos beneficiados estará neste ano restrita aos bens de capital, segundo informações do Departamento de Comércio Exterior (DECEX).

Estará então a nova equipe seguindo a estratégia anteriormente traçada? Algumas notícias fazem referência à elaboração de uma nova política industrial. Conforme a Gazeta Mercantil de 23 de maio (GM, 23.5.91), o Governo estaria elaborando um novo plano de metas industriais, com a colaboração de uma equipe da Organização de Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas (UNIDO). Tal plano teria como ponto de partida a integração dos três planos já lançados no Governo Collor, e a cooperação com a UNIDO dar-se-ia no repasse das informações e experiências históricas de países que têm metas industriais já definidas.

Outra notícia, de 25 de junho (GM, 25.6.91), dá conta de que estariam sendo ouvidas sugestões de empresários recolhidas nas câmaras setoriais no sentido de possibilitar a elaboração de um plano de longo prazo "crível e factível", segundo as palavras da Secretária Nacional da Economia, Dorothea Werneck. Isso dá a entender que, na visão da equipe atual, o plano deixado pela anterior é de difícil implementação e não passou pelas discussões necessárias para conquistar o apoio indispensável do empresariado. Segundo a Secretária, o novo plano seria centrado nas empresas líderes de exportação no País, que teriam a responsabilidade de puxar o conjunto da economia em seu esforço na busca de maior produtividade. Ligada a essa idéia, tem sido feita a sugestão de que o Governo incentive a formação de grandes conglomerados industriais com capacidade ampla de concorrência, nos moldes dos "tigres asiáticos".

Duas pesquisas divulgadas em maio e junho mostram as opiniões dos empresários a respeito das questões relativas à política industrial. A pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), intitulada Abertura Comercial e

Estratégia Tecnológica: A Visão dos Líderes Industriais Brasileiros, foi realizada com 1.000 empresários de diversos setores. Essa pesquisa avaliou o resultado da liberalização das importações e seu impacto sobre as condições de concorrência, os obstáculos à intensificação das exportações, a reação ao aumento da concorrência internacional e a estratégia tecnológica das empresas. A maioria dos setores considerou rápido o ritmo da abertura da economia e pequena sua capacitação para enfrentar a concorrência. Por outro lado, acharam fraca a concorrência imposta até aqui pelos produtos importados. Os custos portuários e de transportes foram apontados como o fator que mais prejudica a ampliação das exportações. A resposta mais importante da pesquisa é a que mostra que 65% dos entrevistados tomaram decisões pouco expressivas até agora no sentido de sua preparação para enfrentar a concorrência externa, sendo que a maior prioridade está centrada na difusão de novas técnicas de gerenciamento e na diminuição da ineficiência através do controle de qualidade.

Outra pesquisa foi realizada pelo World Economic Forum e pelo International Management Development (IMD), entidades privadas com sede na Suíça. O Relatório Mundial de Competitividade teve seu resultado divulgado no dia 20 de junho e coloca o Brasil apenas à frente da Índia em competitividade, entre 10 "países em desenvolvimento". O primeiro lugar coube a Cingapura, seguida por Hong Kong, Coréia do Sul e Taiwan. As causas apontadas para a má colocação do Brasil foram as dificuldades para gerenciar os negócios frente à incerteza da conjuntura e o pequeno mercado doméstico (uma contradição em relação ao tamanho do País e ao seu número de habitantes).

Desempenho da indústria gaúcha

A "performance" da indústria gaúcha apresenta muitas semelhanças com o desempenho da indústria brasileira nesse primeiro quadrimestre do ano.

A taxa de crescimento mensal da produção industrial gaúcha foi positiva no ano de 1991, enquanto a brasileira apresentou queda apenas no mês de fevereiro (índice não dessazonalizado). Em janeiro, a indústria do Rio Grande do Sul cresceu 4,71%; em fevereiro, 2,74%; em março, 14,40%; e, em abril, 16,03%, sempre sobre o mês anterior. Também a evolução do índice acumulado de 12 meses apresentou

desempenho semelhante ao da indústria brasileira, com quedas em fevereiro e março e crescimento em abril. Em fevereiro, a queda foi de 1,71%; em março, foi de 0,35% (praticamente estável); e, em abril, houve um aumento de 3,97%, sempre em comparação ao acumulado obtido para o mês anterior.

A Tabela 1 mostra o desempenho acumulado de janeiro a abril deste ano, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Também foi incluído o resultado obtido para a indústria brasileira, de modo a facilitar a comparação entre os índices.

Tabela 1

Índice acumulado do desempenho industrial
regional - jan.-abr./91

ESTADOS	ÍNDICE
Pernambuco	104,20
Bahia	93,40
Minas Gerais	96,50
Rio de Janeiro	95,20
São Paulo	92,40
Paraná	101,60
Santa Catarina	98,50
Rio Grande do Sul	95,20
Brasil	95,02

FONTE: IBGE.

Nota-se que a indústria gaúcha apresentou "performance" pouco superior à brasileira, com queda de 4,77% contra 4,98% da nacional. É, portanto, um desempenho que está na média do País, sendo superado pelo Paraná e por Santa Catarina, Minas Gerais e Pernambuco. Apresentaram resultados inferiores as indústrias da Bahia, do Rio de Janeiro e de São Paulo. Os únicos desempenhos positivos em relação ao ano passado estão com Paraná e Pernambuco, com taxas de 1,60 e 4,18% respectivamente. O pior desempenho ocorreu em São Paulo, com queda de 7,65%.

Na indústria gaúcha, o gênero que mais contribuiu para a queda em relação a 1990 foi a indústria mecânica, que produziu 28,2% a menos que no primeiro quadrimestre do ano anterior. Essa "performance" foi fortemente influenciada pelo fraco desempenho da indústria de máquinas agrícolas, muito prejudicada pela recessão e pela falta de crédito para o setor agrícola. Outro gênero com desempenho negativo foi o de material de transporte, com taxa de -19,2%. Com taxas positivas, destacam-se produtos alimentares (14,4%), bebidas (20,3%), fumo (20,9%) e papel e papelão (4,2%). São setores de bens de consumo não duráveis mais diretamente beneficiados com o congelamento de preços.

A retomada do crédito para a agricultura deverá contribuir para a expansão dos setores industriais a ela ligados, como produtos alimentares; máquinas e implementos; e química, podendo-se esperar taxas de crescimento superiores às obtidas para essas atividades até o momento.

Bibliografia

- GAZETA MERCANTIL (23.5.91) São Paulo.
GAZETA MERCANTIL (7.6.91) São Paulo. p.10
GAZETA MERCANTIL (14.6.91) São Paulo. p.08
GAZETA MERCANTIL (25.6.91) São Paulo.